

Características sociais dos produtores orgânicos da ABIO no estado do Rio de Janeiro

José Cláudio de Oliveira Flores¹

Antonio Carlos de Souza Abboud²

Canrobert Costa Neto³

Resumo: Este trabalho avaliou as práticas agrícolas utilizadas no gerenciamento dos produtores orgânicos associados à ABIO⁴, no Estado do Rio de Janeiro. Foram consideradas as leis e normas da ABIO para certificar produtos orgânicos e analisadas as informações de relatórios técnicos cujas inspeções realizaram-se entre 1999 e 2002. A justificativa para esta avaliação é a existência de dados sobre a produção orgânica na região. A maioria das unidades de produção apresenta diferentes estádios de manejo e não há avaliação econômica.

Palavras-chave: Agricultura. Estado da arte. Gerenciamento.

¹ Doutor em Ciências pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Professor do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas (DCSA), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). E-mail: zeclaudiof@yahoo.com.br

² Pós-doutoral na University of California-Santa Cruz, no Center for Agroecology and Sustainable Farming Systems. Professor Associado I, do Departamento de Fitotecnia da UFRRJ. E-mail: abboud@ufrj.br

³ Pós-Doutorado em Agroecologia e Sociologia pela Universidade de Córdoba, Espanha. Professor Adjunto do Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da UFRRJ. E-mail: ccosta@compuland.com.br

⁴ Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (ABIO). Com sede e fórum em Niterói-RJ. Sua atuação abrange o campo da agroecologia: a produção com base em tecnologias no viés orgânico.

Social characteristics of producers of organic ABIO in the state of Rio de Janeiro

Abstract: This study evaluating the producers of organic agricultural practices associated with ABIO (1) in the State of Rio de Janeiro. Were considered the laws and technical standards of ABIO for organic products. We analyzed the data, reports technique applied between 1999 to 2002. The justification for this assessment was the existence of numerous data on organic production in the region. It was found that most units of different production stages of conversion to organic management and no economic evaluation.

Keywords: Agriculture. State of the art. Management.

A avaliação do estado da arte dos sistemas de produção dos produtores orgânicos associados à ABIO deu-se pelo crescimento do número de associados entre os anos 2000 e 2002 e pelos dados dos Relatórios de Vistoria que, se devidamente sistematizados, poderiam revelar valiosas informações sobre a produção orgânica no Estado do Rio de Janeiro. Por esses relatórios da ABIO registrarem índices quantitativos e qualitativos de âmbito técnico, ecológico e social, a outra contribuição esperada é expor aos interessados o perfil multidisciplinar que caracteriza os sistemas de produção dos agricultores da ABIO, bem como sua vinculação com os padrões orgânicos nacionais e internacionais. Os objetivos do presente trabalho são: analisar o estado da arte nas unidades de produção ordenando-as e tipificando-as; aplicar esta metodologia aos produtores associados à ABIO.

Introdução

Este trabalho, ao investigar o estado da arte das práticas agrícolas dos produtores orgânicos da ABIO⁵, no estado do Rio de Janeiro, analisou os diversos procedimentos desses associados em seus empreendimentos quanto à aspectos agrônômicos, ambiental e social.

⁵ A ABIO é uma sociedade civil com personalidade jurídica, com sede e fórum na cidade de Niterói/RJ.

Baseou-se nas normas técnicas da Instrução Normativa 07/1999 do Ministério da Agricultura, que originou posteriormente a Lei 10.831 (BRASIL, 2003) e nas Normas Técnicas da ABIO, para certificação de produtos orgânicos (ABIO, 2002).

Revisão da Literatura

O interesse econômico em torno da agricultura orgânica tem crescido, pois esta é vista como um negócio lucrativo atraindo agricultores, empresários, produtores rurais e diferentes profissionais. De acordo com a legislação (BRASIL, 1999), o sistema de produção agrícola orgânico deve adotar práticas que otimizem o uso de recursos naturais, social e econômicos, respeitando a integridade cultural, com o máximo de benefícios sociais e no uso de energias não renováveis em prol do homem e do seu meio.

Segundo Darolt (2000), os modelos de produção agrícola alternativos apresentam diferenças, mas concordam em práticas e conceitos; essas alternativas iniciaram o movimento “revolução verde” nas décadas de 60/70 (FEIDEN, 1999). Para Ehlers (2001), nos anos 1920 e 1930, a oposição ao padrão técnico da agricultura moderna apareceu na Europa e no Japão. Segundo Almeida (1998) e Darolt (1999), as diversas tecnologias que usam princípios agroecológicos são questionadas, mas têm resultados positivos. Para De-Polli et al. (2000), a agricultura orgânica apresenta-se como uma opção e não uma mudança da visão convencional de agricultura. Por outro lado, para CGIAR (1978), a compreensão de uma unidade de produção agrícola dá-se de maneira holística. Para Reijntjes et al. (1999), é um complexo de fatores naturais e gerência da produção segundo os interesses.

Segundo Darolt (2000), os trabalhos científicos sobre agricultura orgânica ainda são poucos e recentes. De acordo com Hendriks et al. (1997), há pouca pesquisa para estudo da agricultura orgânica numa visão sistêmica e ainda Darolt (2000), essas pesquisas aumentaram somente nessas duas últimas décadas. Para Petersen (1998), o método clássico

de pesquisa é incapaz de abordar a agroecológica dos agroecossistemas. Outrossim, para Jesus (2003), as bases conceituais adequadas para essa avaliação precisam ser desenvolvidas, testadas e praticadas no Brasil. Para Darolt (2000), a revisão de literatura mundial sugere uma metodologia útil às diferentes dimensões da agricultura orgânica.

No entender de Bettiol e Ghini (2003), os debates sobre agricultura sustentável requerem interdisciplinaridade para se apreender essa complexidade e, segundo Reijntjes et al. (1999), o sistema de produção agrícola é viável quando a produtividade atender às necessidades sociais da família de agricultores com preservação ambiental.

Ante o exposto, é notório o caráter multidisciplinar que envolve as diferentes visões do termo, evitando assim que a análise dos fatores de produção agrícola se limite aos aspectos de volume, peso, quantidade, produtividade, rendimento, custo, receita e lucro.

Caracterização do sistema de estudo

O presente estudo optou pelo enfoque multidisciplinar e o diagnóstico dos sistemas de produção orgânicos dos associados da ABIO nos anos de 1999 a 2002 referentes a 35, 44, 87 e 73 associados, respectivamente. Os produtores estão situados nos núcleos regionais de Nova Friburgo, Itaboraí, Cachoeira de Macacu, Teresópolis, Brejal, Petrópolis, Seropédica, São José do Vale do Rio Preto e isolados, este, composto de associados de outros municípios. Decidiu-se preliminarmente por dividir as informações contidas nos relatórios de vistoria técnica (banco de dados) em três eixos: tecnológico, ambiental e social. A cada eixo foram atribuídas variáveis e, a cada variável, itens que foram quantificados. Essa hierarquia foi embasada assim: 1) os padrões teóricos/técnicos para a prática da agricultura orgânica segundo as normas técnicas da ABIO; 2) a lei brasileira via Instrução Normativa 007, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (BRASIL, 1999); 3) as normas internacionais da Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica (INFOAM).

Resultados e discussão

• Produtores com experiência em agricultura convencional e agricultura orgânica

Considerando os resultados referentes a 156 produtores, cujos resultados se baseiam em narrativas livres registradas nos relatórios de vistoria, foram identificados quatro perfis de produtores, de acordo com a sua experiência com agricultura convencional e/ou orgânica (Tabela 1). As informações indicam que a maioria, 82%, dos produtores já tinha alguma experiência com agricultura convencional e por isso, é provável que utilizavam agrotóxicos e outros insumos industrializados. Por outro lado, quase 25% deles já tiveram alguma convivência com agricultura orgânica, um histórico que pode favorecer a administração do empreendimento em conversão para manejo orgânico.

Tabela 1 - Tipo de experiência do produtor com agricultura (proporção de produtores).

Discriminação	%
Alguma experiência com agricultura convencional	82
Experiência com agricultura convencional, mas sem agrotóxicos.	13
Agricultura orgânica como autônomos, antes de se associarem à ABIO	11
Com alguma organização voltada à agricultura orgânica	3
Nunca tiveram experiência com agricultura convencional	17
Alguma convivência com agricultura orgânica	25

n=156

Fonte: Flores (2006).

A compreensão da dinâmica de produção dos agricultores associados da ABIO, à luz dos conceitos e procedimentos recomendados para a agricultura orgânica, deve considerar os aspectos técnicos, ecológicos e sociais. Foram avaliados os dados referentes às seguintes subvariáveis sociais: a) administração da unidade de produção; b) outra atividade do produtor; c) local de residência do produtor; d) posse da terra; e) mão de

obra da unidade de produção: tipo e quantidade; f) mão de obra familiar; g) remuneração da mão de obra; h) condições de trabalho na unidade de produção; i) comercialização da produção orgânica; j) qualidade do retorno financeiro com a comercialização da produção orgânica; k) motivação do produtor para se envolver com agricultura orgânica.

• **Administração da unidade de produção**

Ao analisar os registros em um universo de 156 Relatórios de Vistoria, temos: a) 83% das respostas mostram que a administração da unidade de produção é feita pelo proprietário, enquanto a minoria afirma manter um outro responsável pela administração; b) dos produtores que administram via terceiros, 47% têm outra atividade econômica, o que pode justificar eventuais ausências do produtor; c) simultaneamente, a maioria dos produtores reside no imóvel rural e não exerce outra atividade econômica/produziva.

É admissível que o fato de o produtor residir na unidade de produção pode favorecer a sua administração, visto que há uma maior dedicação e interesse em obter melhores resultados. Em outras palavras, seria a chamada lógica “o olho do dono é que engorda o boi”, uma alusão vulgar à presença física do dono na administração do seu negócio, prática válida e reconhecida como uma verdade na administração dos negócios.

• **Outra atividade do produtor**

Ao analisar as informações em um conjunto de 33, 26, 69 e 64 relatórios, referentes aos anos de 1999, 2000, 2001 e 2002, respectivamente, é notável uma oscilação na proporção de agricultores que se dedicam a outra atividade produtiva.

Dos produtores que afirmam ter outra atividade econômica paralela à agricultura, há profissionais de diferentes ocupações. A maioria é composta de “Profissionais Liberais”, 25%; “Agrônomos”, quase 12%; “Empresários” e “Motoristas” somam aproximadamente 13% do total

das respostas; cerca de 13% têm outra fonte ou são aposentados, o que equivale a uma renda não agrícola, outrossim, é desconhecido o valor dos rendimentos.

• **Local de residência do produtor**

Segundo os resultados num total de 32, 27, 46 e 42 relatórios referentes aos anos de 1999, 2000, 2001 e 2002, respectivamente, predominam os produtores que residem na unidade de produção. Além disso, em média, 70% dos produtores residem no imóvel rural e não têm outra atividade econômica/ produtiva. É possível que a necessidade de ampliar a receita pessoal/familiar pode obrigar ou incentivar o produtor a buscar outras fontes de renda não agrícolas, o que pode ser útil, também, para manter um “estilo de vida” que requer mais receita.

• **Posse da terra**

De acordo com os 135 Relatórios de Vistoria, existe, entre os associados da ABIO, a predominância de unidades de produção de superfícies relativamente pequenas, inclusive a cultivada sob manejo orgânico. Outrossim, cerca de 80% dos agricultores operam em áreas de até 60 ha. Em termos de superfície do imóvel e pelo módulo rural da região, poderiam ser classificados como pequenos produtores. Podem ainda ser considerados mini produtores aqueles que possuem uma área total de até 4 ha (22,2%). Estes últimos buscam desenvolver ramos da atividade agrícola compatível com a área disponível para plantio, assim, a olericultura responde pela produção principal, 73%. Áreas de unidades de produção superiores a 60 ha estão restritas a 21,5% dos produtores. Destes, apenas um tem a área total do imóvel sob manejo orgânico. A maioria dos produtores explora a olericultura. Além disso, foi identificado um número expressivo de produtores que destina apenas parte do imóvel ao cultivo orgânico. A propósito, é recomendável não operar a conversão da unidade de produção toda

de vez, por envolver as finanças produtor, priorizando uma conversão gradual da produção, assim, convém reduzir os riscos.

Verificando os registros em 135 Relatórios de Vistoria, predominam duas formas de posse da terra: a “Adquirida”, que abrange 49,41 % dos produtores, seguida pela “Herança”, 20,75%. Arrendamento, parceria e posseiro envolvem 1,26% dos produtores. Embora a grande maioria dos produtores seja categorizada como pequeno, os associados da ABIO são donos do empreendimento. As informações referentes à posse da terra, quando comparadas ao tamanho da área, não apresentaram relação com a forma de aquisição do terreno. Quanto à “propriedade” da terra, consideramos apenas os que a adquiriram por compra e herança, 88,23%. Este estudo comprova que a maioria dos produtores associados à ABIO são proprietários da terra, e convém lembrar que o dono da terra é quem mais arrisca na agricultura orgânica. Para De-Polli et al. (2000), a agricultura orgânica seria mais adequada à produção familiar, pois prioriza a sustentabilidade inserida na complexidade dos seus agrossistemas. Para Caume (2002), a conversão de agricultores que ainda não adotaram as técnicas agrícolas modernas poderá ser “facilitada” por não estarem habituados aos pacotes tecnológicos simplistas e, desse modo, não terão de abrir mão de insumos inúteis ao orgânico.

• **Mão-de-obra da unidade de produção: tipo e quantidade**

São os indicadores da condição social do produtor e servem como uma variante do seu perfil. Nas informações em um universo de 26, 25, 63 e 57 Relatórios de Vistoria, não existem dados sobre renda. O outro aspecto a ser destacado é a mão-de-obra na modalidade parceria, meação e ajudante, ocorrência que envolve 16% dos produtores e que também não está relacionada ao tamanho da área da propriedade.

• **Mão-de-obra familiar na unidade de produção**

Fica evidente que pelo menos 57% dos produtores têm um membro da família envolvido no trabalho na unidade de produção. É oportuno afirmar que não existe uma dispersão de mão-de-obra para outras atividades, indicando a possibilidade de reprodução familiar. Isso é comprovado ainda pelo fato de as unidades de produção terem pelo menos 2 membros da família operando (48,72%) sem outra atividade remunerada. Para Assis (2002), a demanda por mão de obra é um custo expressivo na adoção de sistemas orgânicos de produção, mas, para a produção familiar é algo secundário porque não determina desembolso financeiro.

• **Remuneração da mão-de-obra**

A remuneração salarial, com ou sem vínculo, ocorre, em média, em 56% dos produtores, se for levada em conta a soma das duas formas de contratação. A presença de ao menos um empregado assalariado na unidade de produção é algo positivo na análise da condição social da atividade do produtor. Para aqueles que têm mão-de-obra remunerada, os índices de remuneração salarial registrados a seguir mostram que 87% pagam entre 1 e 2 salários mínimos por mês; 6,3% pagam entre 2 e 3 salários por mês; apenas 6,3% dos produtores pagam menos de 1 salário por mês, o que reforça a observação anterior. Por outro lado, ao comparar os dados da média salarial com a área total da unidade de produção e outra atividade exercida pelo produtor, é visível que não há correlação entre esses indicadores.

• **Condições de trabalho na unidade de produção**

Considerando os 63 Relatórios de Vistoria, a respeito das condições de trabalho oferecidas na unidade de produção, foi possível constatar que 49% dos produtores oferecem “Boas” condições de

trabalho, enquanto para 2%, “Ruim”. Esta última condição pode gerar sanções e anular a certificação do produtor segundo a legislação.

• **Comercialização da produção orgânica**

De acordo com os dados registrados em um universo de 181 Relatórios de Vistoria, acerca da etapa de comercialização da produção agrícola orgânica, é notável, na variedade de canais utilizados pelos produtores para escoar os seus produtos, algo positivo e estimulante para a continuidade e solidez da atividade: “Supermercados”, “CEASA”, “Mercado local”, “Cooperativa”, “Feira livre”, “Feira orgânica”, “Intermediário” e “Outros”. Para Fonseca (2006), a prioridade não seria esses “nichos” de mercado, mas a segurança da atividade, numa comercialização de produtos agroecológicos estável e segura nas relações das organizações de produtores (...) dos trabalhadores (...) do campo com os mercados.

O tipo de via de escoamento mais utilizado foi o ‘Intermediário’, quase 35% dos produtores; os menos aplicados foram CEASA, 5,52%, e “Supermercados”, 4,42% dos produtores. A via “Feira orgânica” foi utilizada por aproximadamente 14% dos produtores, uma proporção relativamente reduzida, pois as unidades de produção se localizam próximas a centros urbanos. É sabido que a venda do produto orgânico é uma etapa delicada para a maioria dos produtores, pois é o momento em que o seu labor e custo poderão ser premiados. Ademais, há o custo tempo para vender a produção, a aparência do produto, a distância, o transporte, a burocracia, questões que exigem uma atenção específica. No tocante à quantidade de vias de escoamento para a comercialização da produção orgânica, considerando os dados de 137 Relatórios de Vistoria, 66% dos produtores utilizam apenas uma via; 28% duas vias; 5% utilizam três vias. A variedade de vias de escoamento pode interessar no início como estratégia para o produtor divulgar a produção para a clientela. Depois, existe a opção por menor número de vias de escoamento, devido aos custos e tempo para distribuição, o que pode dificultar e onerar a logística necessária. Os dados dos 121 Relatórios de Vistoria,

referentes ao responsável pelo transporte da produção orgânica, apontam a predominância da utilização do veículo do produtor, algo que pode amenizar os custos da produção e permitir maior mobilidade do produtor durante a comercialização. Uma outra vantagem, o transporte feito pelo próprio produtor diminui a chance de contaminação e aumenta a chance de manter a qualidade do produto, além disso, o custo do transporte é de responsabilidade do produtor.

• **Qualidade do retorno financeiro com a comercialização da produção orgânica**

Outro aspecto a ser julgado e que está vinculado ao escoamento da produção é o nível de satisfação do produtor com a comercialização da produção orgânica. Um conjunto de 96 Relatórios de Vistoria indicou que o nível de satisfação está associado à qualidade do retorno financeiro (QRF). Assim, o nível de satisfação do produtor nas vendas foi indicado da seguinte forma: “Bom” para 62% dos produtores; “Regular” para 28% e “Ruim” 9%. Esses índices podem expressar um aparente otimismo do produtor com o retorno financeiro, pois, de 8 produtores para os quais a qualidade do retorno financeiro é “Ruim”, 4 venderam via “Intermediário”; 2 por “Outras” vias; 1 por “Feira livre” e 1 por “Supermercado”. É possível uma eventual renda extra mascarar esta autoavaliação. Essas características mostram direções opostas; de um lado os *preços mais altos* dos orgânicos limitam o consumo; de outro, o *consumidor especial* garante o escoamento do produto e isso ocorre em virtude da pouca oferta de produtos orgânicos no Brasil. Segundo Fonseca (2000), são reconhecidas duas variantes especiais para a comercialização de produtos orgânicos: preços diferentes do produto convencional e a absorção do produto por uma parcela especial de consumidor. Por outro lado, o produtor de orgânicos tende a se especializar em atividades extra-agrícolas ao beneficiar e vender a sua produção, pois visa maximizar o lucro e oferecer ao mercado um produto diferenciado na embalagem. Nos relatórios de vistoria não fica explícita

a idéia de que a comercialização representa um ponto fraco da produção; o contrário também não é revelado. Outrossim, há poucos dados sobre os produtores que entregam o produto em domicílio, e sobre os clientes que adquirem o produto no local de produção quando este se localiza próximo a áreas urbanas. Do mesmo modo, há núcleos que operam via coordenação informal da produção e da comercialização, fornecendo indicações do mercado para produzir e vender o que é produzido. É natural, portanto, que as vendas cresçam e, nesse caso, o produtor tende a aumentar a quantidade disponível de produtos, além de poder variá-los. Daí a utilidade de um trabalho cooperado entre os pequenos produtores, parcela que encontra mais dificuldades nas vendas. Um fator favorável às vendas dos produtos orgânicos, no caso em estudo, é a garantia da qualidade, baseada no registro (símbolo) da ABIO. Segundo Fonseca (2000), o perfil do consumidor de produtos agrícolas orgânicos aponta para um indivíduo de classe média com nível de instrução mais elevado e preocupado em conhecer o produto e a sua origem. Daí a importância da certificadora, um aval para o produtor ter a reputação do símbolo ABIO e poder divulgar o seu produto orgânico. Segundo Assis (2002), existe atração do mercado orgânico por um público disposto a pagar mais por um alimento com qualidade, porém dependente de uma relação de confiança entre os agentes de todo o processo produtivo.

• Motivação do produtor para se envolver com agricultura orgânica

Segundo os dados registrados em um universo de 61 Relatórios de Vistoria, diversas foram as razões mencionadas pelos produtores para justificar o seu envolvimento com a prática da agricultura orgânica. Uma proporção de mais de um 1/4 dos produtores tem como principal motivação o “Mercado”, seguida de “Mercado e Ideologia”, 1/5; “Renda”, 0,13; “Ecologia”, 0,09. Outrossim, para uma minoria dos produtores, “Saúde” e “Qualidade de vida”, 0,06 e 0,03, respectivamente, seriam as principais razões para se envolver com a produção orgânica.

É oportuno ressaltar que “Mercado”, entendido aqui como melhor possibilidade de lucro e renda, é destacado pelos agricultores como o principal motivo. Fonseca e Campos (2006) destacaram as ações dos Mercados Regionais no interior ao divulgar a produção orgânica em todo o Estado. Diferente do que foi registrado por Assis (1993) e Fonseca (1999), em momentos distintos, quando a principal motivação entre os produtores foram questões voltadas à saúde e os posicionamentos ideológicos.

A diferenciação dos preços do produto orgânico mais o fato de este ter um mercado promissor e em expansão, inicialmente, são um atrativo para quem produz, embora, isso não garanta maior lucratividade, principalmente na primeira etapa de transição da produção para o sistema orgânico, quando os lucros com produtos orgânicos podem apresentar receita neutra ou negativa. Nesse sentido, podemos concluir que esse produtor produz para o mercado por estar comprometido com ele ou até ser seu refém por necessidade. Nessa hipótese, a lógica de atuação do produtor prioriza a receita, uma situação compreensível e comum. Por outro lado, o fato de esse produtor estar atrelado a uma certificadora (ABIO) demonstra sua vontade de aumentar a receita e também de receber eventuais orientações para reforçar a idéia de tornar o negócio mais próspero, à medida que busca logística e legalidade para otimizar a produção e o seu comércio. No contexto da filosofia orgânica, a otimização da produção não se restringe à satisfação pessoal e financeira do produtor, mas está vinculada às normas, conceitos e práticas inerentes à agricultura orgânica.

Considerando os dados registrados, “Mercado e Ideologia” são apresentados como a principal motivação para 21% dos produtores estarem envolvidos com a prática da agricultura orgânica. Na opinião de alguns estudiosos do assunto, após o dilema entre princípios x ética, a definição de uma consciência ecológica é que contribuirá para o indivíduo desenvolver uma “ética orgânica”. De fato, quando algum aspecto financeiro compromete um sistema de produção e atinge diretamente o dono, este será testado e avaliará se compensa prosseguir

com o negócio. Enfim, a sua “consciência ideológica” será provada e certamente decidirá pela motivação principal de interromper, ou não, a atividade. Cabem aqui outras indagações: é possível separar mercado de ideologia? É viável a prática desta sem o ganho financeiro? Como separar mercado de ideologia? Para Assis (2002), apesar da importância do preço do produto orgânico, na difusão da agricultura orgânica isso varia segundo o perfil socioeconômico do produtor, podendo ser menos importante do que fatores subjetivos como ecologia ou ideologia.

O motivo “Ideologia” é apresentado como a razão principal para 13% dos produtores e pode ser o elemento pessoal decisivo para a permanência e desenvolvimento do produtor na agricultura orgânica. Isso porque a formação de uma “consciência ideológica” poderá ajudar na continuidade desse tipo de produtor na atividade, especialmente na fase inicial quando as dificuldades técnicas e financeiras costumam ser maiores e delicadas, pois, questões econômicas são fundamentais para viabilizar o empreendimento e o capital disponível do produtor pode definir a sobrevivência do sistema de produção. A propósito, para Assis (2002), a aproximação entre produtores, comerciantes e consumidores com interesses comuns favorece o processo de adoção de sistemas agroecológicos de produção. Para Feiden et al. (2002), a relação com o mercado é uma motivação para a conversão devido a um estímulo temporário ou da reflexão do processo educativo duradouro.

O interesse em aumentar a “Renda” é verificado entre 13% dos produtores, indicando a busca de um mercado que possa melhorar a receita pessoal/família, o que é natural. Por outro lado, a preocupação com a “Ecologia” parece ser a principal motivação para quase 9% dos produtores da ABIO praticarem agricultura orgânica, uma preocupação citada por Fonseca (2000), referindo-se aos anseios dos consumidores por alimentos *in natura* mais saudáveis quanto à produção. Em cerca de 6% dos relatórios há registros que apontam a “Amizade” como razão para o produtor optar pela produção orgânica, percentual que indica quão útil é a troca de experiências e informações na difusão de idéias. Da mesma forma, proporção similar de produtores teve “Saúde” como

motivo maior para abraçar a produção orgânica. Segundo Barreto Silva et al. (2005), a sociedade clama por produtos mais saudáveis; também em Venzon et al. (2005), o mercado de alimentos orgânicos tem crescido e exige técnicas fitossanitárias; enquanto para Dullely e Carmo (1987), há preconceito quanto à produção orgânica, mas estudos com agricultores paulistas comprovaram a sua viabilidade técnica e comercial. Portanto, diferentes razões contribuíram para envolver o produtor com a agricultura orgânica. A busca de melhores receitas, a geração de renda via Mercado + Renda (42% dos produtores) são as principais razões para a maioria dos associados da ABIO. Não se identificou associação entre motivação e o tempo do produtor com agricultura.

Conclusões

As informações processadas permitem as seguintes conclusões:

- As principais motivações dos produtores para com a agricultura orgânica são mercado, seguido de mercado associado à ideologia;
- A maioria das unidades de produção é gerenciada pelo dono e este reside no imóvel;
- A maioria dos produtores comercializa a produção orgânica via intermediários;
- A inexistência de dados impediu a avaliação econômica das unidades de produção;
- Há diferentes estádios de conversão dos produtores à agricultura orgânica.

Referências

ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES BIOLÓGICOS DO ESTADO RIO DE JANEIRO (ABIO). *Normas técnicas de certificação*. Rio de Janeiro: ABIO, 2002.

ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: _____; NAVARRO, Z. (Org.). *Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998. p. 33-55.

ASSIS, R. L. de. *Diagnóstico da agricultura orgânica no Estado do Rio de Janeiro e propostas para sua difusão*. 1993. 63p. Dissertação (Mestrado em Agronomia) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Itaguaí, RJ, 1993.

ASSIS, R. L. de A. *Agroecologia no Brasil: análise do processo de difusão e perspectivas*. 2002. 174p. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Unicamp, Campinas, 2002.

BARRETO DA SILVA, M. et al. Desenvolvimento de produtos à base de extrato de plantas para o controle de doenças de plantas. In: VENZON, M.; PAULA JÚNIOR, T. J.; PALLINI, A. (Coord.). *Controle alternativo de pragas e doenças*. Viçosa: EPAMIG /CTZM; UFV, 2005. p. 221-246.

BETTIOL, W.; GHINI, R. Proteção de plantas em sistemas agrícolas alternativos. In: CAMPANHOLA, C.; BETTIOL, W. *Métodos alternativos de controle fitossanitário*. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 2003. p. 80-96.

BRASIL. Instrução Normativa nº 007 de 17 de maio de 1999. Estabelece normas para produção de produtos orgânicos vegetais e animais. *Diário Oficial da União*, Brasília, n. 94, Seção 1, p. 11, 19 maio 1999.

BRASIL. Ministério da Agricultura. *Lei n. 10.831, de 23 de dezembro de 2003*. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Brasília, 2003.

CAUME, David J. *A tessitura do “assentamento de reforma agrária”*: discursos e práticas instituintes de um espaço agenciado pelo poder. 2002. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – IFCH/Unicamp, Campinas, 2002.

CGIAR. *Farming systems research at the International Agricultural Research Centers*. Rome: TAC Secretariat Dept. FAO, 1978.

COSTA NETO, C. Agricultura sustentável, tecnologias e sociedade. In: BRUNO, R.; COSTA, L. F. de C.; MOREIRA, R. J. *Mundo rural e tempo presente*. Rio de Janeiro: MAUAD, 1999. p. 301-321.

DAROLT, M. R. Agricultura orgânica: A região metropolitana de Curitiba em destaque. *Agricultura biodinâmica*, Botucatu, v.82, p.42-48, 1999.

_____. *As dimensões da sustentabilidade: um estudo da agricultura orgânica na região metropolitana de Curitiba, Paraná*. 2000. 310p. Tese (Doutorado em Agricultura) – Universidade Federal do Paraná/Université Paris 7, 2000.

_____. *Agricultura orgânica: inventando o futuro*. Londrina: IAPAR, 2002.

DE-POLLI, H. et al. A pesquisa em agricultura orgânica frente as demandas da sociedade. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO SOBRE AGROPECUÁRIA ECOLÓGICA E SAÚDE HUMANA, 1, Rio de Janeiro, 2000. *Anais...* Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense (UFF), 2000.

DULLEY, R. D.; CARMO, M. S. Viabilidade econômica do sistema de produção na agricultura alternativa. *Revista de Economia Rural*, Brasília, v. 25, n. 2, p. 225-250, 1987.

EHLERS, E. Agricultura alternativa: uma perspectiva histórica. *Revista Brasileira de Agropecuária*, São Paulo: Escala, ano 1, n. 9, p. 24-37, 2001.

FEIDEN, A. Agroecologia: uma opção para a crise da agricultura. *Revista Nuevamerica/Novamérica*, n. 83, p. 8-11, set. 1999.

FLORES, J. C. de O. *Avaliação das variáveis tecnológicas, ambientais e sociais nas unidades de produção dos agricultores orgânicos certificados pela ABIO, no Estado do Rio de Janeiro*. 2006. 245p. Tese (Doutorado em Agronomia) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

_____.; FONSECA, M. F. A. C.; ASSIS, R. L. Rede Agroecologia Rio: análise crítica de uma ação integrada entre instituições públicas e privadas. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 1., 2002, Indaiatuba/SP. *Anais...* Indaiatuba/SP: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS), 2002.

FONSECA, M. F. de A. C.; CAMPOS, F. F. de. *O estudo do mercado dos orgânicos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: PESAGRO-RIO/EENF-FINEP/FAPERJ, 1999.

_____; _____. *O mercado de alimentos orgânicos certificados no Estado do Rio de Janeiro: o caso dos flv (frutas, legumes e verduras) in natura*. 2006. Disponível em: <<http://www.planetaorganico.com.br/trabfern.htm>>. Acesso em: 12 out. 2009.

_____. *A construção social do mercado de alimentos orgânicos: estratégias dos diferentes atores da rede de produção e comercialização de frutas, legumes e verduras (flv) in natura no estado do Rio de Janeiro*. 2000. 235p. Dissertação (Mestrado em Agronomia) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2000.

HENDRIKS, K.; STOBBELAAR, D. J.; MANSVELT, J. D. Some criteria for landscape quality applied on organic goat farm in Gelderland, the Netherlands. *Agriculture, Ecosystems and Environment*, n. 63, p. 185-200, 1997.

JESUS, E. L. de. *Avaliação da sustentabilidade agrícola: uma abordagem conceitual e metodológica*. 2003. 204p. Tese (Doutorado em Agronomia) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

PETERSEN, P. Pesquisa participativa: um conceito em evolução. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE AGRICULTURA SUSTENTÁVEL EM REGIÕES TROPICAIS E SUBTROPICAIS COM REFERÊNCIA ESPECIAL PARA AMÉRICA LATINA, 1998. Rio de Janeiro. *Anais...*, Rio de Janeiro, 9-13 mar. 1998.

REIJNTJES, C.; HAVERKORT, B.; BAYER, A. W. *Agricultura para o futuro: uma introdução à agricultura sustentável e de baixo uso de insumos externos*. 2. ed. Trad. Jonh Cunha Colmerford. Rio de Janeiro: AS-PTA; Leusden, Holanda: ILEIA, 1999.

VENZON, M.; ROSADO, M. da C.; EUZÉBIO, E. D.; PALLINI, A. Controle biológico conservativo. In: _____. *Controle alternativo de pragas e doenças*. Viçosa: EPAMIG/CTZM; UFV, 2005. Pl-3.

Recebido em: ?

Aprovado em: ?